



| | |
|-------------------|---|
| Evento | Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2013 |
| Local | Porto Alegre - RS |
| Título | As Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio Grande do Sul e o processo de titulação de seus territórios junto ao INCRA: Uma abordagem para além da questão territorial |
| Autor | LIZEY SILVEIRA DA SILVA |
| Orientador | DENISE FAGUNDES JARDIM |

A presente pesquisa tem como tema as comunidades remanescentes de quilombos do sul do Brasil e o processo de titulação de seus territórios junto à Superintendência Regional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do Estado do Rio Grande do Sul. O artigo 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal de 1988, garante a regularização dos territórios das comunidades quilombolas do país, cabendo ao Estado emitir os respectivos títulos. A partir de 2003, o INCRA torna-se o órgão responsável pelos procedimentos administrativos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Segundo a Instrução Normativa INCRA nº 57, de 2009, o Instituto entende que as comunidades remanescentes de quilombo são reconhecidas através do critério da auto-definição, além de possuírem relações territoriais específicas, ancoradas nos percursos da ancestralidade negra, relacionados à resistência e opressão sofridas historicamente. Com isso, são previstas para essas comunidades direitos territoriais, quais sejam, a regularização, titulação e reconhecimento definitivo de seus territórios.

Nesse processo de titulação dos territórios quilombolas, analisarei os tipos de relações que se estabelecem entre a Instituição e as comunidades para além da questão territorial, bem como a atuação dos antropólogos que compõem seu quadro funcional.

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu através de observações participantes em saídas de campo para as comunidades quilombolas rurais e urbanas, junto a equipe do INCRA. Também participei de reuniões dentro do setor do INCRA responsável pela regularização fundiária de comunidades quilombolas - a Coordenação de Projetos Especiais - na qualidade de estagiária voluntária; e em encontros nas próprias comunidades. Esse estágio possibilitou observar o dia a dia da Coordenação, bem como permitiu que eu analisasse pesquisas documentais sobre o tema, como processos, produções acadêmicas e laudos antropológicos realizados por servidores do órgão e/ou por pesquisadores que firmaram convênios com a Autarquia. Assim, a contribuição dessa pesquisa para o projeto *Identidades e Passaportes: minorias étnicas e cidadania*, consistiu em analisar uma rotina específica, relativa à documentação e registro administrativo que incidem sobre comunidades tradicionais, no caso quilombolas.

As conclusões do estudo até o presente momento demonstram que a comunicação entre INCRA e comunidades remanescentes de quilombo se dá com maior frequência entre com as comunidades urbanas – Grande Porto Alegre, pois estas se encontram mais próximas, em termos de deslocamento, da Autarquia. Além das comunidades quilombolas rurais estarem distantes da capital do Estado, estas possuem poucos recursos financeiros o que dificulta o contato com agentes externos, como o INCRA e o Ministério Público Federal - MPF. Foi possível, ainda, observar que a demasiada demora das titulações dos territórios ocorre devido aos procedimentos burocráticos, bem como interesses políticos, os quais podem levar o pleito a ficar estagnado por muito tempo, resultando em desânimo e fragilidade na organização das comunidades. Diante disso, os movimentos sociais negros e quilombolas têm importante papel no fortalecimento da causa quilombola. Além disso, durante o trabalho de campo, constatei que o antropólogo do INCRA é o profissional que possui maior contato com as comunidades, estando envolvido não apenas no processo da titulação dos territórios e na realização dos relatórios antropológicos, mas também auxiliando as comunidades na busca de políticas públicas destinadas a esse público, tais como subsídios para agricultura, construção de casas, acesso à saúde e educação, previdência, dentre outras.